

Obama x McCain: os caminhos da política externa norte-americana

Rafael Heynemann Seabra

Neste artigo analisaremos os programas de política externa propostos pelos candidatos à presidência dos EUA. Iremos, nesse sentido, comparar as propostas de Barack Obama e John McCain tendo em vista o legado neoconservador de George W. Bush e observação das questões-chaves, como a relação com potências rivais, Organizações e Tratados Internacionais, terrorismo e Estados inimigos. Pretendemos focar ainda o futuro do Iraque e do Oriente Médio e a posição com relação à liderança americana entre seus aliados.

A herança de George W. Bush

Quando George W. Bush foi eleito em 2000 os EUA já rumavam ao conservadorismo, guinada que se iniciou com a vitória republicana nas eleições de 1994 para o Congresso. Com os atentados de 11 de setembro de 2001 as condições se tornaram ainda mais favoráveis para que

setores da direita radical norte-americana, presentes na coalizão de Bush, especialmente os neoconservadores, atuassem de forma decisiva.

Este grupo influiu no deslocamento da política externa para uma combinação de militarismo, unilateralismo e ataques preventivos, associada à defesa dos valores norte-americanos e de sua difusão pelo mundo como algo vital aos interesses do país e como solução para estabilizar regiões conturbadas (Eisendrath & Goodman, 2004).

A reação americana não tardou e a rápida vitória obtida contra o regime Talibã no Afeganistão¹ indicou que os EUA poderiam derrubar Saddam Hussein com relativa facilidade. O caráter estratégico do Iraque e da própria região do Oriente Médio permitiu uma conjunção de interesses favoráveis à mudança do regime que governava este país, e os neoconservadores puderam valer-se de sua crescente influência na administração de George W. Bush para que esta se desse segundo sua perspectiva.

O governo utilizou o medo e o patriotismo, acompanhados de um aumento no sentimento de desconfiança que um mundo perigoso provocava nos americanos. A guerra preventiva foi adotada como princípio da política externa, devendo os EUA se antecipar às ameaças antes que estas os tomassem de surpresa (NSS2002).

Rafael Heynemann Seabra é economista pela UFRJ e mestre em Relações Internacionais pela UFF, onde lecionou e defendeu a dissertação "George W. Bush e a Coalizão Conservadora: da política externa após os atentados de 11 de setembro de 2001 ao Patriot Act".

Os neocons tinham agora o contexto ideal para promover sua perspectiva fortemente ideológica do interesse nacional norte-americano: a defesa da democracia liberal como objetivo primordial da política externa dos EUA e única forma verdadeira de estabilizar regiões complexas como o Oriente Médio, adequando-as aos interesses norte-americanos (Kristol & Kagan, 2004).

Apesar da visão otimista quanto ao sucesso de suas iniciativas, os resultados negativos das políticas adotadas tornaram-se claros. A realidade da Guerra do Iraque mostrou-se muito distante do sonho neoconservador. Longe de constituir o ponto de partida para a formação de democracias pró-americanas na região, provocou uma forte desagregação da sociedade e do país em conflitos étnico-religiosos que refletem tensões que antes eram controladas – com brutalidade – por Saddam Hussein. O caos no Iraque favoreceu ainda o terrorismo internacional que passou a atuar fortemente no país.

Entre os efeitos desestabilizadores da Guerra do Iraque, destacamos também seus desdobramentos em relação ao Irã. Com a queda de Saddam e a desordem no Iraque, o Irã se direciona para ampliar sua influência na região. A retórica do presidente Mahmoud Ahmadinejad indica a estratégia de elevar o status regional do país pela disseminação da ideologia anti-ocidental nos moldes da revolução islâmica. Nesse sentido, o programa nuclear iraniano representa um foco de grande preocupação para os EUA pela possibilidade do regime combinar armas de destruição em massa, ideologia anti-ocidental e amplas reservas de petróleo.

A iniciativa da Guerra do Iraque contrariando até mesmo aliados como França e Alemanha, abalou fortemente a imagem dos Estados Unidos, o que se reforçou por fatos como as torturas na prisão de Abu Ghraib, os vãos secretos da CIA, a prisão de Guantánamo em Cuba e a detenção fora dos padrões legais de muçulmanos nos EUA. Internamente, as medidas estabelecidas pelo *Patriot Act*² causaram polêmica por cercearem liberdades civis (Etizioni, 2004).

Estes fatores, somados ao número crescente de mortes de soldados americanos e aos custos financeiros da guerra,

A proposta do candidato democrata Barack Obama é a que mais se distancia do atual governo, enquanto John McCain propõe uma revisão apenas parcial da linha inaugurada após o 11 de setembro.

provocaram uma reação de setores liberais e moderados da sociedade e levaram à vitória democrata nas eleições de 2006 para o Congresso, indicando o início de uma revisão do radicalismo de Bush e de seus aliados neocons.

Conforme as eleições presidenciais se aproximam, os EUA se deparam com duas vertentes de política externa que serão analisadas neste artigo. A proposta do candida-

to democrata Barack Obama é certamente a que mais se distancia do atual governo, enquanto John McCain aponta para uma revisão apenas parcial da linha inaugurada após o 11 de setembro.

Barack Obama: um afastamento decisivo da política externa de Bush

Em artigo publicado na *Foreign Affairs* (julho/agosto 2007), Barack Obama, caso eleito, sinaliza um grau considerável de mudança da política externa americana. Isso se verifica tanto no que se refere à sua visão ampla sobre a liderança dos EUA no mundo, como, mais especificamente, no que diz respeito às políticas adotadas para o Oriente Médio.

Obama reafirma a liderança mundial dos EUA como algo fundamental para o país e para o mundo. Há a preocupação de evitar um recuo de caráter isolacionista que poderia decorrer das dificuldades enfrentadas no Iraque. Para isso, os EUA devem reformular sua liderança através de uma orientação mais multilateralista em sua política externa, retomando o compromisso com seus aliados e com as instituições internacionais. Os EUA deveriam buscar um maior equilíbrio entre diplomacia e uso da força, tendo em vista também o resgate da moral e imagem internacional dos EUA.

O senador ressalta que o unilateralismo de Bush na escalada da Guerra do Iraque foi prejudicial às alianças norte-americanas. O caminho seria o oposto, ou seja, a revitalização de parcerias com organismos como a OTAN, que precisaria de maiores contribuições por parte dos aliados, tanto financeiras como em número de tropas. Assim, seria possível adequar a aliança à sua missão pós-Guerra Fria de garantia de paz, incluindo o combate ao terrorismo internacional e a superação das dificuldades encontradas no Afeganistão.

As críticas ao governo Bush prosseguem quando o candidato democrata trata do tema das instituições internacionais. Obama não poupa a ONU de críticas por suas falhas gerenciais e operações de paz excessivamente estendidas. O novo Conselho de Direitos Humanos é atacado por seu viés anti-Israel e concomitante omissão em tragédias humanitárias como o genocídio em Darfur e abusos de Direitos Humanos no Zimbábue. Tais questões não são, no entanto, utilizadas para deslegitimar a organização, mas para ressaltar a necessidade do empenho americano em reformá-la, inclusive no sentido de dar maior voz a países emergentes como Brasil, Índia, Nigéria e África do Sul.

Esses posicionamentos refletem a perspectiva de Obama sobre a melhor forma de alcançar os objetivos da política externa norte-americana. Uma guinada que explicita também a grande preocupação com os danos causados pelo governo Bush à imagem e moral internacionais dos EUA.

O senador critica não apenas a iniciativa da Guerra do Iraque, mas outras medidas adotadas após o 11 de setembro, como a criação de uma rede de prisões fora do alcance da lei e a detenção de milhares de pessoas sem acusação ou julgamento. Essas medidas seriam um contra-senso que fez com que a promoção da democracia no exterior ficasse associada à guerra, tortura e mudanças forçadas de regime.

A promoção da democracia passa agora pelo apoio à construção de instituições que reforçam os pilares de sociedades abertas, como um poder judiciário independen-

Obama preocupa-se em mostrar-se capaz de usar a força na defesa dos interesses americanos. O mundo é um lugar perigoso, no qual o poder militar permanece útil. Bush teria errado por não usá-lo de forma sábia.

te, liberdade de imprensa e uma sociedade civil vibrante. Há também o enfoque econômico, em que ressalta a necessidade de combater a pobreza extrema e reestruturar Estados falidos, uma vez que essas condições favorecem o terrorismo e conflitos.

A questão do regime político permanece, portanto, como um componente inexorável da política externa de um candidato viável à presidência dos EUA, seja ele Republicano ou Democrata. Mas a política neoconservadora de intervenção militar em um país para instaurar um regime democrático parece superada.

O democrata menciona a nova distribuição de poder no sistema internacional com ascensão de potências desafiadoras. Porém, seu tom é moderado quando as aborda diretamente, caso da China, país que afirma que irá encorajar a assumir um “papel responsável” como poder em ascensão. A política anunciada é de competição em algumas áreas, mas com foco na necessidade de criar uma relação que amplie a cooperação entre os países.

Uma postura semelhante se verifica em relação à Rússia, sobre a qual defende que as pressões por mais democracia não devem impedir avanços em áreas de interesse comum, especialmente na questão da segurança dos estoques de material e armamentos nucleares, tema que vê com grande preocupação.

Enquanto nos dois mandatos de Bush tivemos a tentativa de impedir a proliferação nuclear pela ameaça da guerra preventiva e pela criação de um escudo antimíssil, Obama adota uma outra direção que implica em maior auto-restrição por parte dos EUA. O candidato defende a ratificação do *Comprehensive Test Ban Treaty*, a criação de um banco internacional de combustível nuclear para impedir que países desenvolvam armamentos sob o disfarce de programas civis, e avanços no Tratado de Não Proliferação Nuclear. Além disso, pede que se implemente a lei que permite aos EUA interromperem tentativas de roubo de armas de destruição em massa em qualquer local do mundo.

A proposta do candidato representa inequivocamente, em diversas questões, uma mudança concreta com relação à política externa de Bush. No entanto, não cabe compreendê-la como uma revolução que afastaria o uso da força como um dos pilares centrais do poder americano. O mundo é apresentado como um lugar perigoso. A lista de ameaças aos EUA é ampla, incluindo atores estatais e não estatais. Obama alerta para a perigosa relação entre terrorismo, proliferação nuclear, *Rogue States*³ e Estados falidos, além da já mencionada ascensão de potências que podem desafiar a democracia liberal. Os EUA têm que lidar com este amplo arco de ameaças, e o candidato critica a falha do governo Bush em enfrentá-las de forma eficiente por não compreender os fundamentos do poder americano e a forma correta de fazê-lo atingir seus objetivos.

As políticas defendidas são certamente mais moderadas, mas o poder militar permanece como instrumento de pressão, seja pela ameaça ou por sua utilização concreta. Para Obama, a força pode ser necessária para promover a segurança comum, a estabilidade mundial, apoiar Estados amigos ou confrontar atrocidades em massa, destacando, nesses casos, o multilateralismo como a via adequada. A ação unilateral permanece como opção válida, ainda que como um recurso de última instância em casos de extrema ameaça aos EUA e na caça a terroristas.

Por mais que queira afastar-se das políticas de Bush, o senador democrata deixa transparecer sua preocupação em não mostrar-se como um idealista, e, portanto, como alguém capaz de usar a força na defesa dos interesses americanos. Bush, contudo, não teria utilizado a força de forma sábia, sendo a Guerra do Iraque o evento síntese da linha de política externa adotada por seu governo, com graves consequências para os EUA e para a região. Para Obama, a luta contra o terrorismo requer a criação de um exército do século XXI associado ao empenho no fortalecimento de alianças e parcerias equivalentes às que levaram à vitória americana na Guerra Fria.

O Iraque é tido antes de mais nada como um desvio da Guerra ao terror, não sendo possível impor uma solução militar ao conflito entre sunitas e xiitas. O senador cita ainda os casos de tortura em Abu Ghraib como um forte abalo moral para os EUA e defende a retirada das tropas até 31 de Março, permanecendo apenas uma pequena força para combater a Al Qaeda. Essa retirada estaria associada ao engajamento diplomático regional e internacional para contenção da guerra civil, incluindo, para isso, diplomacia direta com inimigos como o Irã e a Síria.

No campo regional, o foco se volta para o Afeganistão e o Paquistão, palcos centrais na luta contra a Al Qaeda, com o aumento das tropas no primeiro e maior pressão política sobre o segundo. A isso se somam os já mencionados esforços para melhoria das condições de vida das populações

de Estados fracos ou falidos e apoio por reformas políticas e à sociedade civil.

Além da remoção das tropas do Iraque, uma mudança de extrema importância se refere à política adotada para os Estados denominados por Bush como o “eixo do mal”, especialmente Irã e Síria⁴. Bush não manteve contato direto com esses Estados, isolando-os da política regional e sinalizando o uso da força para tentar fazer com que se adequassem aos desígnios da política americana. Obama propõe um diálogo com esses países, tendo em vista implementar uma diplomacia de estímulos e ameaças, e não somente ameaças, o que elevaria a possibilidade de que esses Estados atendessem aos interesses americanos.

O candidato afirma que a retirada do Iraque permitiria maiores esforços para resolução da crônica questão da Palestina, até então negligenciada por Bush. Vale ressaltar que Obama renova enfaticamente o compromisso americano com a segurança de Israel, afirmando que Bush comprometeu o país com o caos no Iraque, a ascensão regional do Irã, a ressurgência da Al Qaeda e o revigoramento do Hamas e do Hesbolah.

A diplomacia seria o meio mais eficaz de garantir a segurança israelense, uma vez que poderia romper com o papel destrutivo da Síria no Líbano, além de afastá-la do Irã, deixando este último isolado no quadro do Oriente Médio. Nesse sentido percebemos um viés mais realista em contraposição à política que vinha sendo adotada, que reforçou de forma involuntária a aliança estratégica entre a Síria e o Irã ao isolar estes países sob o mesmo rótulo – “eixo do mal” - ao invés de afastá-los um do outro. Além disso, tais medidas seriam reforçadas pelo isolamento das correntes palestinas contrárias às negociações com Israel, tendo em vista alcançar um acordo de paz.

Apesar da defesa do engajamento diplomático com o Irã, este país, especialmente seu programa nuclear, é apon-

Para Obama, o Iraque é um desvio da guerra ao terror. Seu foco se volta para o Afeganistão e para o Paquistão, palcos centrais da luta contra a Al Qaeda, e para Israel, com cuja segurança ele se compromete enfaticamente.

tado como a maior ameaça de um ator estatal vinda do Oriente Médio. O uso da força permanece como opção declarada para interromper o programa nuclear iraniano, uma vez que seria extremamente perigoso permitir que uma “teocracia radical obtenha armas de destruição em massa”.

Como veremos a seguir na análise da política externa do candidato republicano, a opção militar para interromper o programa nuclear iraniano surge como um elemento consensual entre os concorrentes à Casa Branca. Embora sua proposta de política externa não seja equivalente à linha de Bush, John McCain adota um tom duro, de grande confrontação tanto na questão iraniana como em outras

questões.

John McCain: renovando a política externa republicana

Em seu artigo na *Foreign Affairs* (novembro/dezembro 2007), John McCain sustenta que o objetivo central da política externa americana é derrotar o terrorismo fomentado pelo radicalismo islâmico. Para alcançar a vitória, entretanto, o candidato parte de uma premissa fundamentalmente oposta à de seu rival democrata: o Iraque é apontado como o palco central e decisivo da luta, sendo que uma derrota americana teria implicações regionais gravíssimas, além de elevar a determinação do terrorismo internacional. A crítica recai sobre a condução da guerra e não sobre a guerra em si.

A decisão de retirar as tropas americanas, como propõe Obama, seria trágica, voltada para a opinião pública doméstica, e não para os interesses estratégicos dos EUA. O Iraque se tornaria um Estado falido no coração do Oriente Médio, arriscado a mergulhar em uma guerra civil que poderia ainda transbordar para os países fronteiriços. Desta situação decorreria um conflito regional com possibilidades de genocídio. Por sua vez, o projeto do estabelecimento de uma democracia moderna no Iraque, estaria sepultado, contrariando o desejo dos iraquianos que legitimaram o novo regime em sucessivas votações.

McCain propõe um avanço simultâneo em todos os fronts do combate ao terrorismo, alertando que uma derrota no Iraque seria prejudicial no Afeganistão e Paquistão. No primeiro, o recente renascimento do Talibã reforça a necessidade de maior presença das tropas da OTAN acompanhado de reformas políticas e administrativas mais profundas. No Paquistão, seria preciso ampliar o apoio à Musharraf para destruir a presença da Al Qaeda e do Talibã. Além disso, uma aliança de longo prazo entre EUA e o Paquistão atuaria para impedir a “talibanização” da sociedade paquistanesa.

De todas as consequências da falência do Estado iraquiano, a mais grave no plano regional seria a alteração do equilíbrio de poder com o aumento da influência do Irã, apontado por McCain como o maior patrocinador do terrorismo. O senador não deixa margem de dúvida quanto aos objetivos iranianos: “O Irã busca armas nucleares e os meios para lançá-las”. Em posse dessas armas, teria maior margem de ação para patrocinar ataques terroristas contra Israel e EUA, ou ainda, repassar material nuclear para uma rede terrorista aliada.

O caminho para impedir o avanço nuclear iraniano passa por sanções políticas e econômicas mais duras. Se a ONU não o fizer, os EUA devem atuar por meio de um grupo de países de valores semelhantes aos americanos para impor sanções, sem descartar a opção militar como último recurso.

Nesse caso, o elemento da prevenção, duramente criti-

cado na Doutrina Bush, permanece como opção para impedir a proliferação nuclear. McCain desqualifica o atual Tratado de Não Proliferação Nuclear, que em seu ver parte da premissa errada de que é possível que a tecnologia nuclear se difunda sem que isso implique em mais armas nucleares. Nesse sentido, seria preciso promover um encontro de cúpula entre as potências para alterar a noção de que Estados sem armas nucleares devem ter direito à tecnologia nuclear, e inverter o ônus da prova para o Estado suspeito quando a Agência não puder assegurar que os acordos estão sendo cumpridos.

Para McCain, o Iraque é o palco central e decisivo da luta contra o terrorismo. Ele critica Bush pela condução da guerra, não pela decisão de atacar o Iraque.

Um contexto regional de maior influência iraniana implica também em maior poder e atuação de organizações como o Hesbolah e o Hamas. Trata-se de um quadro ameaçador para o Estado de Israel, o que reforça a necessidade do apoio americano para manter a superioridade militar deste país no Oriente Médio. Ao mesmo tempo, o Hamas deve ser isolado politicamente para viabilizar os acordos de paz com os palestinos.

Apesar de mostrar-se favorável à Guerra do Iraque, McCain apresenta uma visão que em alguns aspectos rompe com o neoconservadorismo e as políticas adotadas por Bush. O esforço militar é compreendido como parte de uma estratégia mais ampla, que passa pelo uso das ferramentas econômicas, diplomáticas, políticas, legais e ideológicas para apoiar as forças muçulmanas moderadas e impedir que extremistas corrompam estas sociedades. Há, portanto, uma visão mais restrita sobre a capacidade de se obter êxitos políticos apenas pelo uso da força.

O candidato é incisivo no uso das ferramentas econômicas como parte da estratégia de atrair países para a influência americana. Defende a criação de uma área de livre-comércio “do Marrocos ao Afeganistão”, que exclua Estados patrocinadores do terrorismo, para apoiar países muçulmanos aliados no estabelecimento dos alicerces de sociedades abertas e tolerantes.

A perspectiva até certo ponto menos arrogante de McCain em relação à Bush se reflete em sua visão sobre as reformas nas forças armadas, em que enfatiza a compreensão de outras culturas e ampliação do conhecimento de línguas estrangeiras como uma necessidade estratégica.

Assim como seu rival democrata, o candidato republicano demonstra grande preocupação em restaurar a moral e imagem dos EUA. McCain se mostra contra a tortura, defendendo a formação de interrogadores capazes de extrair informações por técnicas psicológicas avançadas, e não por “métodos abusivos condenados pela Convenção de Genebra”. Com relação à África, por exemplo, afirma que todos os elementos do poder americano devem ser

utilizados para impedir genocídios como o de Darfur, sugerindo com isso uma possível intervenção humanitária. Ressalta ainda que o combate à doenças como a Aids e a malária neste continente traria grandes benefícios para a imagem dos EUA.

De todos os aspectos que afastam McCain de Bush e dos neoconservadores, o principal é sua postura em relação aos aliados, especialmente as potências democráticas. No governo Bush predominou o consenso de que os EUA deveriam tomar decisões de modo independente e coagir os aliados que se opunham à decisão. Os EUA seguiriam com a política determinada, mesmo sem apoio dos aliados, que, cedo ou tarde, veriam que aquele era o caminho certo. Esta perspectiva certamente se enfraqueceu pelas graves dificuldades encontradas no Iraque e pelos danos

que causou à capacidade americana de legitimar sua política.

McCain demonstra em seu artigo que fará da ampliação das alianças com as democracias uma prioridade na renovação da liderança americana. Para isso, uma das propostas do senador é a formação de uma Liga de democracias que agiria na ausência da ONU tendo em vista a maior facilidade de obtenção de consenso.

Este ponto é relevante, pois oferece indícios da nova perspectiva estratégica dos republicanos. Em comparação com os candidatos democratas, há uma menor disposição por parte de McCain em atuar através da ONU, postura que remete ao neoconservadorismo. Embora afirme que este não é o objetivo, fica claro que a Liga das democracias poderia ser um fórum para competir com a ONU, aumentar a legitimidade internacional de ações americanas não aprovadas na mesma e desqualificá-la por incluir nações não democráticas. A diferença reside na clara compreensão de McCain de que os EUA devem agir de forma menos unilateral entre os aliados democráticos para reforçar sua liberdade de ação e capacidade de obter resultados fora deste “clube”.

Esse aspecto fica mais evidente quando se trata da OTAN, organização exaltada por seu sucesso na Guerra Fria. Seria preciso retomar a “solidariedade democrática” que havia nesse período e os EUA devem trabalhar no sentido de convencer os aliados de suas ações políticas, estando também abertos ao convencimento.

McCain não se limita ao terrorismo quando trata das ameaças que os EUA terão de enfrentar. Há um tom de grande confrontação com a Rússia e a China, indicando a retomada de um maior antagonismo entre grandes potências. A Rússia é alvo de críticas pela “diminuição das liberdades políticas, sua liderança dominada por ex-funcionários da inteligência, esforços para intimidar vizinhos democráticos como a Geórgia, e tentativas de manipulação da Europa, pela dependência de petróleo e gás” (McCain, 2007,4). Nesse sentido o G8 deveria excluir a Rússia e in-

corporar o Brasil e a Índia, voltando a ser um grupo de democracias líderes de mercado. A OTAN deve deixar claro que continua aberta às nações democráticas “do Báltico ao Mar Negro”. Por outro lado, os EUA devem deixar uma porta aberta para Moscou, sinalizando oportunidades caso abandone a postura atual.

No que se refere à China, o candidato afirma que se por um lado o crescimento econômico reduziu a pobreza e elevou o poder deste país, por outro a nova realidade traz uma série de responsabilidades. Além de criticar a política comercial, cambial e energética, McCain faz duras críticas à política externa chinesa, destacando seus fortes investimentos militares, relações com *Rogue States*, ameaças à Taiwan, e a tentativa de excluir os EUA dos fóruns econômicos regionais da Ásia. Cobra a liberalização política da China para elevar o nível das relações sino-americanas.

Na visão do candidato, a ascensão da China faz parte de um deslocamento de poder para a Ásia e a abordagem que propõe para garantir a influência americana é o engajamento nos mesmos moldes que apresenta em relação à outras regiões: elevar a participação americana nas organizações regionais asiáticas e apoiar as democracias aliadas na região com a formação de um quadrilátero de segurança constituído por Austrália, Japão, Índia e EUA. Além disso, ampliaria o grau da parceria com a Coreia do Sul, Indonésia, e expandiria a cooperação de defesa com a Malásia, Filipinas, Singapura e Vietnam. Quanto à Coreia

Comparado com os democratas, McCain mostra menor disposição de atuar pela ONU. Uma de suas propostas é a formação de uma Liga das Democracias, que substituiria a ONU em algumas circunstâncias.

do Norte, a postura é de desconfiança no que diz respeito ao desmonte de seu programa nuclear, apoio à proliferação nuclear e projeto de mísseis balísticos e seqüestro de cidadãos japoneses.

Como vimos, o artigo de McCain se articula de modo a exaltar a aliança democrática em tempos de Guerra Fria e propõe a formação de uma Liga de democracias como instrumento da liberdade, enquanto alerta para o revanchismo russo e a perigosa ascensão da China. Nessa perspectiva pode-se interpretar que a nova conjuntura é percebida também como uma oportunidade para a renovação da liderança americana entre as democracias, catalisada por grandes potências rivais, algo que o terrorismo internacional não proporcionou na mesma medida.

É no sentido de ampliar a liderança americana em contraposição à ascensão de potências rivais que McCain pretende elevar o status mundial das potências democráticas. A inclusão do Brasil e da Índia no G8, no lugar da Rússia, tem por objetivo a contenção deste país. A lógica se repete em menor escala na América Latina com a inclusão do Brasil e do México – as maiores democracias – na Liga

das democracias para isolar politicamente “demagogos” como Chávez, algo que seria complementado através de estímulos econômicos por meio de acordos comerciais na América Central e para formação da ALCA.

Apesar do grande peso que atribui aos aliados democráticos e de apoiar a Guerra do Iraque, não há indícios de que McCain pretenda adotar novamente a política de promoção da democracia através da mudança de regime via intervenção militar, conforme Bush no Iraque. A democracia passa a ser difundida pelo resgate moral da política externa norte-americana, pela tentativa de criar uma grande coalizão de países democráticos em contraposição à ascensão de rivais estratégicos, especialmente Rússia e China, e pela propaganda ideológica liberal.

Conclusão

Às vésperas das eleições presidenciais os EUA se dividem entre candidatos que têm como principais objetivos ampliar o poder americano no mundo, promover seu modelo de sociedade, confrontar ameaças e conter rivais estratégicos. A diferença fundamental reside na estratégia a ser adotada, sendo que Obama oferece um caminho mais moderado, ainda que certamente não idealista.

Por sua vez, John McCain defende uma linha que anuncia um maior grau de confrontação com potências rivais, o que fortaleceria a liderança americana entre as democracias. Se por um lado o candidato republicano se distancia de Bush pela importância que atribui aos aliados e à imagem dos EUA, por outro, há proximidade no que se refere às instituições e tratados internacionais, que são em grande parte atacados.

A semelhança se acentua pela defesa de McCain da Guerra do Iraque. O

candidato republicano critica apenas a condução da guerra e propõe alternativas para vencê-la, enquanto Obama promete retirar as tropas americanas e vê no conflito um erro estratégico de grandes proporções, fato acentuado por sua ilegitimidade.

Notas

¹ Guerra iniciada em Outubro de 2001

² A legislação do *Patriot Act* tem como principal responsável o então Procurador Geral da República John Ashcroft, membro da Direita Cristã norte-americana. A lei foi aprovada logo em seguida aos atentados de 11 de setembro de 2001. Ainda sob o forte impacto dos atentados, a medida não suscitou inicialmente uma oposição considerável.

³ Termo cunhado no governo Clinton para denominar países como Irã, Iraque e Coreia do Norte (Dupas, 2003) acusados de não respeitarem a legalidade das relações internacionais.

⁴ Bush alterou sua política de isolamento com relação à Coreia do Norte tendo avançado nas negociações após este país obter armas nucleares.

Referências

- DUPAS, G. *A nova doutrina de segurança internacional dos Estados Unidos e os impasses da governabilidade global* in Dos Santos, T (coord) *Os impasses da globalização. Hegemonia e contra-hegemonia (vol.1)*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2003.
- EISENDRATH, Craig, e GOODMAN, Melvin. *Bush League Diplomacy: how the neoconservatives are putting the world at risk*. Nova York: Prometheus Books, 2004.
- ETZIONI, Amitai. *How patriotic is the Patriot Act? Freedom versus security in the age of terrorism*. Nova York: Routledge, 2004.
- NSS2002 (“Doutrina Bush”): disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>
- KRISTOL, William, KAGAN, Robert. *National interest and global responsibility*. In: STELZER, Irwin (Ed.). *The neocon reader*. Nova York: Grove Press, 2004.
- MCCAIN, John, *An Enduring Peace Built on Freedom*, Foreign Affairs, Novembro/Dezembro 2007, disponível em: <http://www.foreignaffairs.org/20071101faessay86602/john-mccain/an-enduring-peace-built-on-freedom.html>
- NSS2002 (“Doutrina Bush”): disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>
- OBAMA, Barack, *Renewing American Leadership*. Foreign Affairs, Julho/Agosto 2007, disponível em: <http://www.foreignaffairs.org/20070701faessay86401/barack-obama/renewing-american-leadership.html>
- SEABRA, Rafael, *George W. Bush e a Coalizão Conservadora: da Política Externa Após os Atentados de 11 de Setembro de 2001 ao Patriot Act*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.